

NECESSIDADE, PARA O BRASIL, DE UMA AMPLA E PROFUNDA REVOLUÇÃO, E SEU RELACIONAMENTO COM O PROBLEMA DA TERRA

Sessão de 2 de abril de 1963

O SR. PRESIDENTE — Há sobre a mesa e é deferido o seguinte:

REQUERIMENTO

Exm^o. Sr. Presidente.

Requeiro, como líder de Partido, na forma do artigo 46 da Resolução n.º 71, de 1962, me seja concedido falar, preferencialmente, no Expediente da Sessão de hoje, dia 29 (Vespertina) ou na manhã de amanhã, dia 30, se **VII** inscrições para a de hoje.

Sala das Sessões, 29 de abril de 1963 — *Plínio Salgado* — Líder do PRP

REFORMA AGRÁRIA

O SR. PLÍNIO SALGADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o assunto que me traz hoje à tribuna é aquele que tem servido de bandeira para grandes agitações populares no presente momento — a reforma agrária.

Os Deputados da minha bancada, há cerca de três meses, têm gasto dias e noites consecutivas, indormidas, no estudo dessa matéria complexa que, por assim dizer, envolve todas as atividades da Nação, se queremos realmente dotar o País de uma lei agrária que reestruture nossa vida rural com o objetivo de criar riquezas nacionais das quais dependa a solução do problema social.

Preliminarmente, com a experiência de cerca de cinco anos de observações, submetemos o assunto à criteriológica adotada pelo meu Partido em decorrência da doutrina que espousa e que determina se aprecie cada questão segundo suas correlações com as demais, pois proclamamos não existir solução isolada para qualquer problema. Ou resolvemos todos no seu conjunto, ou não conseguiremos resolver nenhum.

Nestas condições, tratamos de apreciar quais os setores da vida nacional e das atividades administrativas do País que se refletem sobre o problema agrário; de sorte a resolver esta momentosa questão no sentido de criar riquezas e não de socializar a miséria.

Não entendo como homens que têm lucros extraordinários, que são riquíssimos, estão hoje pretendendo negar abono ao operariado do Brasil. Entretanto, entendo que esta Casa deve conservar-se ativa, de cabeça erguida sempre. E se não aceitamos injunções e facções de forças militares, nem de estudantes ou operários, queremos impor ordem e disciplina em nosso País. *(Muito bem; muito bem.)*



Digitalizado pela
Frente Integralista Brasileira
<http://www.integralismo.org.br/>
Deus - Pátria - Família

NECESSIDADE, PARA O BRASIL, DE UMA
AMPLA E PROFUNDA REVOLUÇÃO, E SEU
RELACIONAMENTO COM O PROBLEMA DA TERRA

Sessão de 2 de abril de 1963

O SR. PRESIDENTE — Há sobre a mesa e é deferido o seguinte:

REQUERIMENTO

Exm^o. Sr. Presidente.

Requeiro, como líder de Partido, na forma do artigo 46 da Resolução n.º 71, de 1962, me seja concedido falar, preferencialmente, no Expediente da Sessão de hoje, dia 29 (Vespertina) ou na de amanhã, dia 30, se houver inscrições para a de hoje.

Sala das Sessões, 29 de abril de 1963 — Plínio Salgado — Líder do PRP.

O SR. PLÍNIO SALGADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o assunto que me traz hoje à tribuna é aquele que tem servido de bandeira para grandes agitações populares no presente momento — a reforma agrária.

Os Deputados da minha bancada, há cerca de três meses, têm gasto dias e noites consecutivas, indormidas, no estudo dessa matéria complexa que, por assim dizer, envolve todas as atividades da Nação, se queremos realmente dotar o País de uma lei agrária que reestruture nossa vida rural com o objetivo de criar riquezas nacionais das quais dependa a solução do problema social.

Preliminarmente, com a experiência de cerca de cinco anos de observações, submetemos o assunto à criteriológica adotada pelo meu Partido em decorrência da doutrina que esposa e que determina se aprecie cada questão segundo suas correlações com as demais, pois proclamamos não existir solução isolada para qualquer problema. Ou resolvemos todos no seu conjunto, ou não conseguiremos resolver nenhum.

Nestas condições, tratamos de apreciar quais os setores da vida nacional e das atividades administrativas do País que se infletem sobre o problema agrário, de sorte a resolver esta momentosa questão no sentido de criar riquezas e não de socializar a miséria.

Isto posto, convinha-nos estabelecer a metodologia decorrente desses critérios, e o fizemos na seqüência natural dos assuntos, dando uma arquitetura e uma estrutura a nosso projeto, de molde a ter um sentido lógico para compreensão do povo brasileiro. Desta maneira, dividimos o problema em três termos. Primeiro, o homem, causa e fim da reforma agrária. Segundo, a terra, instrumento utilizado pelo homem para criar seu bem-estar e enriquecimento da nação. Terceiro, a produção como resultado do agente-homem, utilizando-se do instrumento terra e criando as riquezas nacionais.

Isto posto, definimos a reforma agrária de maneira global, nos termos do artigo 1.º deste projeto que diz: "Define-se a presente lei de reforma agrária como uma fixação de normas para rever as relações jurídicas, econômicas e sociais, relativas à propriedade agropecuária e ao trabalho rural, visando a mais justa distribuição e melhor aproveitamento da terra e da renda de forma a garantir ao homem rurícola condições de vida dignas e à Nação o aproveitamento integral de todas as suas forças, no sentido de um desenvolvimento harmônico."

Desenvolvidos os objetivos nos diversos itens que se seguem, tomamos, preliminarmente, a valorização econômica do homem rural como base fundamental de toda a reforma agrária. O homem não é apenas um valor espiritual e um valor cívico-político: o homem é também um valor econômico. O erro das doutrinas do século passado foi encarar o homem apenas sob um desses aspectos. Mas vivemos numa época de síntese e temos de compreender a criatura humana sob todos os seus aspectos. Tomemo-lo sob o ângulo econômico.

Entende-se por valorização econômica do homem rural a elevação dos seus índices de saúde e de instrução. Um homem doente e mal-instruído produz menos que um homem saudável e instruído. É fundamental, portanto, se queremos sair da rotina e atualizar a nossa agricultura de acordo com a tecnologia moderna, arrancar o homem brasileiro das garras da ignorância e da enfermidade.

O quadro de enfermidades rurais brasileiras foi aqui trazido no ano passado, com dados estatísticos, pelo Deputado Waldemar Pessoa, de tal maneira que nos impressionou profundamente. E, hoje, na Sessão Matutina, o Deputado Campos Vergal chamou a atenção da Câmara para o abandono completo em que se encontra o nosso homem do campo no referente à saúde.

No tempo de Oswaldo Cruz, foram formadas equipes de médicos que, como verdadeiros místicos de seu sacerdócio, percorriam as regiões rurais para ensinar o nosso homem a comer, a vestir-se, a morar, a defender-se das endemias. Hoje, não existe isso. As populações brasileiras estão abandonadas. Há a doença de Chagas, a verminose, o paludismo e todas as outras moléstias que seria longo enumerar, e que todos conhecemos.

É preciso, portanto, antes de mais nada, estabelecer serviços de centros de saúde e unidades móveis, volantes, que levem aos lugares de difícil acesso aquilo de que carecem as nossas populações.

Tratamos, em seguida, da instrução do homem rural. Temos atualmente escolas primárias rurais, porém, com o mesmo programa e a mesma didática das escolas primárias urbanas. É preciso criar cada zona de produção, de acordo com os processos de vida inerentes a essa produção, uma mentalidade rural, o amor à terra, que começa desde as escolas primárias as quais devem ser multiplicadas, sob esse tipo, em todas as regiões agropecuárias do País.

Cogitamos, igualmente, da criação de escolas de iniciação agrícola, onde o homem, por menos instruído que seja, adquira certos conhecimentos técnicos, práticos, no sentido de melhorar o tipo de seu trabalho e da sua produção.

Isto posto, considerados os problemas da saúde e da instrução, passamos para a assistência técnica. Não é possível executar uma reforma agrária sem assistência técnica ao lavrador. E cogitamos, então, entre outras coisas, ...

O Sr. Cid Carvalho — Permita-me V. Ex.^a Nobre Deputado, estou acompanhando com muita atenção a exposição de todos os dados que V. Ex.^a julga fundamentais para a existência de uma política agrária positiva neste País. Quero dizer a V. Ex.^a que na preliminar, encarando o problema sob o aspecto técnico, também estou de acordo com V. Ex.^a. Mas, saindo um pouco da preliminar, queria lembrar a V. Ex.^a, exatamente quando o nobre colega fala da necessidade de criação de escolas agrícolas, que no meu Estado, por exemplo, no Maranhão, temos uma escola de iniciação agrícola cuja construção iniciou-se há mais de dez anos e que ainda hoje não foi terminada. Essa escola não entrou em funcionamento. Sabem V. Ex.^a e a Casa por quê? Porque na realidade, o problema agrário brasileiro ainda não entrou na pauta da nossa sensibilidade. Não vejo como dissociar esse aspecto técnico tão fundamental, uma vez que sabemos que a terra esgota todas as soluções de uma política agrária. Não vejo como, nobre Deputado, efetivamente, enfrentar-se todo esse equacionamento de problemas que vão da terra à saúde e à instrução, sem que se tenha despertado, sem que tenha sido mobilizado, sem que tenha arrancado, na sua reivindicação, esse setor pária, até então marginal, da vida brasileira. Por isso, acho fundamental, para que se chegue à saúde, para que se chegue à escola, à educação, a todas essas medidas, que o lavrador, que o pária se mobilize, se levante e desperte esta Nação. Daí eu ser a favor, incondicionalmente, da reforma agrária com todas as suas implicações, porque só acredito nela na medida em que desperte a consciência do lavrador brasileiro, não a minha, nem a de V. Ex.^a, nem a dos dirigentes desta Nação.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Agradeço a V. Ex.^a o aparte que constitui um depoimento. Entendo, entretanto, que o despertar da consciência agrária no Brasil deve ser um movimento partido das elites. Infelizmente, o que temos visto é que estas supostas elites em vez de despertarem a consciência agrária do Brasil para a sua realidade, se rebaixam ao nível dos que querem resolver empiricamente e sem nenhum sentido prático este problema fundamental da Nação.

E é para elevar a consciência, o senso das elites, que meu Partido resolveu apresentar este projeto e levar a sua palavra, não somente aqui na Câmara, mas em todas as concentrações de lavradores, por todo o País – e começarei a fazer isto no dia 7 do próximo mês. É para isso que aqui estamos. Não será possível despertar a consciência do povo, turvada pela ignorância, pela inanidade, adormecido no subdesenvolvimento e na subalimentação, sem que as elites se levantem, primeiro, para esclarecer e permitir a esse povo levantar-se.

O Sr. Chagas Rodrigues – V. Ex.^a, nobre Deputado, focaliza tema talvez o mais importante para este País nesta fase do seu desenvolvimento, o problema agrário, o problema da terra, este problema que tem uma fundamentação e que visa, em última análise, à valorização do homem. Até aí estou de acordo com V. Ex.^a. O nobre colega refere-se a problemas de educação e de saúde. Eles constituem isto que estamos a reclamar, em nome da verdadeira reforma educacional e da reforma dos métodos que vão resolver o problema da saúde deste País. Aí estão as Constituições da República a dizerem que a educação é gratuita, que a educação é, conseqüentemente, obrigatória. Precisa ser levada aos campos e às cidades, independente de uma reforma agrária. E o problema da saúde e da valorização do homem teria que ser levado em conta, porque, como V. Ex.^a disse, com homens doentes não podemos desenvolver a produtividade deste País. O problema agrário, nobre colega, no que tem de específico, é o problema da terra, da terra com homens sadios, é verdade, com homens educados, é verdade, com homens que recebam dinheiro do Banco do Brasil, onde, de um modo geral, só os ricos, os grandes proprietários se beneficiam. Mas crédito, educação, saúde, tudo isso tem que estar relacionado com a terra. Aproveito o aparte que V. Ex.^a me concedeu para dizer que estamos neste momento – ainda que respeitando os pontos de vista de cada um, porque aqui é direito de cada um externar suas idéias – com dois caminhos pela frente, ou melhor, com duas atitudes a tomar: a daqueles que querem que a terra chegue ao homem do campo através do confisco e da revolução pelas armas e a daqueles que querem que a terra chegue ao homem do campo através da democracia representativa, com desapropriação na base dos títulos, como os Estados Unidos, nação democrática, fizeram no Japão – para citar apenas um grande país –, logo depois da ocupação. Se não fizermos a reforma agrária

através da modificação do texto constitucional, a fim de permitir que se desapropriem terras na base de títulos, pode V. Ex.^a ficar certo de que estaremos a caminho de uma revolução. É uma tristeza reconhecer tal fato, principalmente depois que o terceiro partido deste País, em sua convenção nacional, recusou esta reforma constitucional. Peçamos a Deus que nos oriente, porque iremos para onde a História está mostrando. Só os que não lêem a História podem ignorar isto: iremos para a revolução armada porque os homens do campo, principalmente os do meu Nordeste, não suportam mais continuar a trabalhar em terras dos outros, vê-los enriquecer, vivendo uma vida cada vez mais miserável.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Meu nobre colega, agradeço o aparte de V. Ex.^a. Responderei e, em seguida, darei a palavra ao ilustre Deputado Britto Velho.

O SR. PRESIDENTE (*Clóvis Mota*) – Nobre líder, a Mesa interrompe a V. Ex.^a para lembrar que dispõe apenas de 7 minutos para terminar.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Obrigado, Sr. Presidente.

O meu nobre aparteante diz que o fundamento principal é a terra. Entendo que o fundamento principal é o homem. A terra é uma decorrência do homem. Afirmo S. Ex.^a que é necessário reformar a Constituição para realizarmos a reforma agrária, pagando-se aos desapropriados em títulos. Quero dar-lhe alguns dados da minha experiência de cerca de cinco anos em contato com homens esclarecidos, como o Deputado Ivan Luz, Presidente do INIC durante algum tempo. Sabe V. Ex.^a que, no cômputo das despesas para a execução de uma reforma agrária, a desapropriação precisará apenas de 20% e a colonização de 80%? São dados positivos, concretos, evidentes, efetivos, levantados por técnicos para o Serviço de Colonização.

Tanto assim que o INIC, possuindo cerca de 3 milhões de hectares, nunca pôde colonizá-los, porque nem o Congresso deu verbas, nem o Executivo se incomodou com esse problema.

Nestas condições, pergunto: se o Governo confessa que não tem meios para pagar em dinheiro e precisa pagar esses 20% em títulos, onde vai buscar os 80% para o serviço de colonização? Então vamos deixar o pobre lavrador na terra e não lhe fazermos uma casa, não lhe abriremos uma cisterna, não lhe construímos um paiol, não lhe darmos instrumentos agrícolas nem mantimentos para se manter antes da primeira colheita? Pelo amor de Deus, isso é regressão da nossa mentalidade colonizadora, porquanto, já no tempo da Colônia, quando D. Maria I iniciou a colonização no Brasil, mandando para aqui os açorianos, os chamados casais – tanto que Porto Alegre durante muito

tempo teve o nome de Porto dos Casais –, eles já traziam os primeiros mantimentos, a enxada, a foice, o enxadão, a espingarda, a pólvora e uma quantia em dinheiro. Isso no tempo de D. Maria I, antes de D. João VI. E agora? Quer-se fazer uma reforma agrária apenas dando terra para o desgraçado e dizer-lhe: arranje-se? Na terra mais fértil do mundo o homem morreria de fome. (*Muito bem!*)

Aqui, perto de Brasília, conheço um caso em que o indivíduo com sua família está numa gleba de terra que afinal de contas pode produzir alguma coisa, se bem tratada, e, entretanto, está vivendo de mandioca. Ele nada pode fazer, porque não tem assistência de espécie alguma. Esta a razão pela qual colocamos, nós, do nosso Partido, em primeiro lugar, o problema homem.

Como o meu tempo é exíguo e está o Presidente chamando-me a atenção, e é extensa a matéria que gostaria de tratar em momento tão grave da nacionalidade, vou apenas conceder um aparte: ao ilustre Deputado Britto Velho, pedindo seja breve. Em seguida, resumirei da melhor maneira possível o pensamento da minha bancada, que, acredito, seja o pensamento dos lavradores brasileiros, porque ainda há três ou quatro dias, recebia o ilustre Deputado Último de Carvalho cerca de uma centena de lavradores de Minas Gerais, que se manifestaram de pleno acordo com as teses esposadas pela minha bancada.

O Sr. Britto Velho – Desejo, apenas, nobre colega, fazer um apelo à Casa no sentido de não mais apartear V. Ex.^a, porque estamos desejosos de conhecer o seu pensamento na sua totalidade.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Muito obrigado a V. Ex.^a. Transmito seu apelo aos meus nobres colegas.

Tratamos em seguida, portanto, da assistência técnica, assunto da máxima importância: visitas periódicas de agrônomos para ensinar *in loco* o que se deve fazer, o que se deve plantar, como plantar, que adubos empregar e ensinar a defesa contra moléstias vegetais e moléstias animais. Queremos desenvolver a indústria de tratores, dos adubos químicos e, como estes estão a preços inacessíveis, é preciso entrosar o Ministério da Indústria e do Comércio, como fizemos com os da Saúde e da Educação, no sentido de valorizar o homem como fator econômico, a fim de que a esse homem se facultem os instrumentos do seu trabalho.

Ao Ministério da Indústria cabe o cuidado de criar indústrias de tratores, de máquinas, implementos e adubos químicos, desenvolvendo-os ao máximo, estabelecendo-se um plano de vendas ao agricultor a preço barato e a prazo razoável. A par disso, cogitamos da organização, nos Municípios, de patrulhas mecanizadas para que aqueles que não puderem adquirir, mesmo com essas facilidades, as máquinas, possam alugá-las para o tombamento da

terra, sementeira e outros serviços inerentes à lavoura. Passamos em seguida ao financiamento. Que adianta dar saúde, dar instrução, dar assistência técnica, se o lavrador não tem dinheiro? Quando eu ouço falar dos sem-terra, penso logo nos sem-dinheiro que se lograrem terras agora não terão como lavrá-las. O projeto, então, cogita da criação de um Banco Nacional de Desenvolvimento Rural, ramificando suas agências por todas as regiões agropecuárias do País, a fim de levar os recursos de que precisam o lavrador e o criador, para desenvolvimento do seu trabalho.

Passamos em seguida às indústrias primárias, que são aquelas ligadas diretamente ao produto da terra, dando-lhe toda a assistência técnica e financeira necessárias; passamos depois ao problema da locomoção e dos transportes. Que adianta produzir, ter financiamentos, assistência técnica, saúde e instrução, se a produção fica estagnada por falta de transportes? Propomos, então, seja organizado um plano rodoviário, ferroviário, fluvial e marítimo, o barateamento dos fretes e serviço de carga e descarga nos portos e a estabilização dos preços dos combustíveis, objetivando o desenvolvimento agropecuário do País. São muitos artigos que não lerei porque meu tempo é exíguo. Passamos em seguida ao problema do acesso à propriedade e uso da terra. Este é todo o plano de colonização que apresentamos para ser executado pelo Governo, no sentido de dar, não apenas a terra ao trabalhador, mas também os meios para produzir na terra que recebeu. Em seguida — é também um longo capítulo para o qual pedirei a atenção dos meus ilustres pares —, fixamos os conceitos espaciais das propriedades agropecuárias, definindo o latifúndio, definindo o minifúndio, definindo a propriedade média e definindo a propriedade familiar. Consideramos que o latifúndio é antieconômico para a Nação, da mesma sorte o minifúndio, ou a pequena área de terra que não dá para a manutenção de uma família; consideramos necessárias, justas, as propriedades familiares, que são aquelas unidades objeto de uma distribuição de terras pela reforma agrária, e consideramos utilíssima, como elemento econômico da maior valia, a média propriedade.

“Conceitua-se o latifúndio”, diz nosso projeto, “uma grande área de terras desaproveitadas por omissão, negligência, incompetência, ou intuitos de especulação do seu proprietário”. Estabelecemos, nos itens que seguem, as áreas, embora grandes, que não devem ser consideradas latifúndio. Entendemos que o latifúndio deve ser desapropriado, assim como o minifúndio antieconômico; mas, em relação ao minifúndio, propomos que, por intermédio do serviço competente do Ministério da Agricultura, sejam feitas gestões para que os proprietários minifundiários se unam em cooperativas, de sorte a poderem dar caráter e eficiência econômicos àquelas glebas, e somente no caso em que os proprietários minifundiários se neguem a isto, é que será feita a desapropriação.

Dizemos que a propriedade média e a propriedade familiar não podem ser desapropriadas. Porquanto, se formos fazer isto no Brasil, iremos desorganizar uma das poucas coisas que ainda estão organizadas no País, que é nossa agricultura. Será a destruição total de toda a nossa eficiência agropecuária. Encaramos, nos artigos posteriores, o tema da desapropriação por interesse social. No projeto governamental não está definida esta desapropriação com nitidez. São termos vagos, pelo que nós em treze incisos do artigo 47 do nosso projeto, definimos os casos de desapropriação por interesse social, não deixando elasticidade tal que possa exercer-se política de perseguição, através de declarações e atos desapropriatórios.

Focalizamos, em seguida, os direitos do assalariado em propriedade agrícola, assegurando-lhe tudo aquilo que já consta do Estatuto do Trabalhador Rural. Encaramos depois os problemas dos parceiros e rendeiros, estabelecendo as normas dos contratos e dando garantias àqueles que efetivamente trabalham na terra, de sorte que o proprietário não exorbite, mas também não seja espoliado. Tratamos do seguro agropecuário, assunto da maior relevância, porquanto o lavrador precisa ter a garantia, a certeza de que em qualquer hipótese — nas secas, granizos, geadas, incêndios, inundações e outras calamidades — esteja a salvo de quaisquer prejuízos. Assim incutiremos entusiasmo ao seu trabalho.

Desenvolvemos, finalmente, a matéria relacionada com o terceiro termo do problema: a produção. Ela é o resultado da ação do homem sobre a terra. Tratamos no capítulo 13 do projeto de conservação dos produtos e acesso aos mercados. A União providenciará, sem o que não teremos reforma agrária, a instalação de armazéns, silos, frigoríficos e outras instalações destinadas à concentração dos produtos de cada categoria, e os lavradores deverão ter o espírito associativo ou organizar-se em cooperativas ou filiar-se a associações rurais. Tais entidades levantarão, estatisticamente, o volume da produção da categoria que lhe é inerente e levantarão as despesas feitas. Desses dados deduzirão o preço mínimo que será enviado, através da confederação respectiva, ao banco financiador. Desta sorte, garantimos o lavrador contra prejuízos hoje tão freqüentes quando não se cogita de estabelecer o preço mínimo para seus produtos.

Cogitamos, em seguida, de fiscalizar o comércio. Não pode este acrescentar margem de lucro excessiva sobre o preço mínimo.

O SR. PRESIDENTE — Atenção!

O SR. PLÍNIO SALGADO — Sr. Presidente, seria longo expor o resumo de um projeto que tem 84 artigos, além dos parágrafos e incisos. Encerrarei, já que minha atenção é chamada. O Regimento, nestes casos, é verdadeiramente

antinacional, fazendo-nos calar nos momentos em que se trata dos problemas de maior gravidade da Nação. Mas é necessário nos curvamos às suas normas.

O SR. PRESIDENTE (*Clóvis Mota*) — A Mesa reconhece a impertinência do Regimento ao ser obrigada a interromper V. Ex.^a quando trata de assunto da mais alta seriedade. Reconhece todas as razões, mas, lamentavelmente, tem que se ater àquilo a que está sujeito não somente V. Ex.^a, mas a própria Mesa.

O SR. PLÍNIO SALGADO — Compreendo perfeitamente V. Ex.^a. Neste caso pediria dois minutos para ultimar e dizer as palavras conclusivas. Referem-se elas ao órgão executor da reforma agrária. Uma reforma dessa envergadura, de tamanha repercussão, não apenas no mundo agropecuário, mas em todos os setores da vida nacional que interferem na vida rural, não pode estar na mão da política, não pode estar na mão dos partidos. Hoje, um partido que se encontre na situação de governista — e é natural e humano — quer puxar a brasa para sua sardinha, utilizar seus homens, fazer sua política de facção. É humano — repito — é da natureza humana. Amanhã, esse partido não estará no poder, vem outro para o Governo; e não teremos estabilidade nem confiança numa reforma agrária sujeita aos azares das oscilações da vida partidária. Nestas condições imaginamos, neste projeto, criar um conselho deliberativo, constituído de representantes de todas as categorias econômicas patronais e operárias, e de representantes dos Ministérios diretamente ligados aos objetivos da reforma agrária. Será composto esse conselho da seguinte forma: cada categoria enviará três nomes ao Presidente da República. Este nomeará um deles, sujeito à aprovação do Senado. Constituído o conselho deliberativo, ele, por sua vez, mandará uma lista tríplice com os nomes para a comissão executiva, o presidente, o diretor-técnico e o diretor-tesoureiro, e o Presidente da República escolherá também um desses três nomes enviados para cada cargo da comissão executiva. Assim, a reforma agrária transcenderá das injunções e paixões políticas. É verdade que os partidos têm homens de valor, respeitáveis. Mas, como disse, é humano que queiram alijar os demais para sozinhos executarem o que pretendem. Eis um resumo do projeto.

A questão dos fundos destinados à execução da reforma agrária é resolvida sem muita diferença do próprio projeto governamental.

Srs. Deputados, no exíguo tempo que me foi concedido, procurei expor, em linhas gerais, as proposições constantes do projeto que agora envio à Mesa. Espero que a Nação brasileira compreenderá este projeto, porque não é apenas teórico e doutrinário, porém prático, objetivo e realista. Se este projeto tiver a sorte de ser bem acolhido por esta Casa, daremos nova estrutura agropecuária ao País e, enriquecendo a Nação, antes de tudo, dar-nos-emos por

felizes. Mas se, ao contrário, as desgraças nacionais nos trouxerem a desorganização agropecuária e tivermos de ver aqui os resultados da reforma agrária no México, onde, inscrevendo-se 1.600.000 candidatos, apenas foram atendidos 700.000, e, ao cabo de 23 anos, 400.000 devolveram a terra ao Governo preferindo a vida de assalariado; se quisermos fazer isso, então, pelo menos, a bancada do meu Partido terá a consciência tranqüila por se haver pronunciado com bom senso numa hora grave da Nação.

Srs. Deputados, o problema social, do ponto de vista ético, precede o econômico. Mas, do ponto de vista prático, se não dermos precedência ao econômico, não resolveremos o problema social. De nada adianta prometermos tudo, se não temos elementos para cumprir nossa promessa. Uma reforma agrária sincera, honesta e justa, que queira antes de tudo resolver o econômico para criar condições de resolver o social, poderá trazer felicidade ao povo e matar a fome a milhões de esfomeados que servem de pasto à demagogia fácil dos comícios, daqueles que nunca discutem os aspectos técnicos da reforma agrária, porém, apenas gritam o *slogan* de dar terras, verdadeira malvadez praticada a milhões de brasileiros, que não precisam apenas de terra, mas dos socorros governamentais para ter os recursos de lavrar o solo.

O Sr. Armando Falcão — Apoiado!

O SR. PLÍNIO SALGADO — Este é o ponto de vista do meu Partido. Numa hora ameaçadora, empunhamos corajosamente a bandeira da não-transigência. Não transacionaremos com quem quer que seja, muito menos com aqueles que, falando em reforma agrária, o que visam, na verdade, é reformar a Constituição, para abrir as portas a todas as desgraças em nosso País.

Esta nossa atitude. Este o projeto que passo às mãos de V. Ex.^a.

É o que tinha a dizer, Srs. Deputados. (*Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.*)

EXPOSIÇÃO EM TORNO DO PROJETO DE LEI AGRÁRIA, O PROBLEMA DA TERRA E A VALORIZAÇÃO DO HOMEM

Sessão de 29 de abril de 1963

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, sendo esta a primeira vez que ocupo a tribuna na presente legislatura, entendo de meu dever, preliminarmente, expressar meus agradecimentos ao eleitorado paulista que para esta Casa me enviou, honrando-me com seus votos. Em seguida, é prazer para mim saudar os antigos e novos Deputados desta Câmara, aqueles que retornaram para prestar serviços à Nação e aqueles que vieram agora, os novos Deputados, cheios de interesse pela causa pública e dispostos a bem servir nosso País.

Sr. Presidente, tenho visto, nos muros da cidade ou sobre o asfalto, certas expressões de propaganda, às quais me quero referir, entre elas uma com as palavras “Reforma ou Revolução”. Direi que a minha bancada opta pela revolução. Não nos atemos às reformas superficiais. Entendemos necessária em nosso País uma ampla, profunda revolução.

Que revolução é esta? Acaso nos estamos preparando com armas para levarmos a desordem à rua ou desejamos um golpe de Estado? Acaso recorremos àqueles outros caminhos a que se referiu ilustre Deputado desta Casa? Não, Sr. Presidente! As armas de que dispomos são as constantes de uma doutrina que prego há longo tempo e que a ignorância completa de muitos tem adulterado e apresentado às avessas.

A doutrina que prego é revolucionária. A palavra revolução, conforme indica a sua etimologia, significa retorno. O prefixo *re* quer dizer volver a alguma coisa. Isto representa o seguinte: quando se dá um desequilíbrio econômico, social ou político numa nação, urge uma revolução para retornar ao equilíbrio perdido. Assim pensamos os da bancada do meu Partido. Quanto à doutrina que defendo, a qual muitos não duvidam em apontar como uma das correntes totalitárias, quero dizer que nada menos totalitária do que esta doutrina, justamente por conceber o universo e o homem de maneira total. Se filosoficamente compreendemos o universo como uma totalidade, sujeito às leis que regem de modo uniforme a matéria e seus movimentos, logicamente, não podemos conceber um Estado que, sendo parte, absorva o todo – o todo que é a Nação, a Nação que é conjunto de pessoas livres e de grupos naturais autônomos, criados pelo homem para o cumprimento de seus deveres e exercício de seus direitos.

A doutrina que ensino, tenho o orgulho de dizer, é a doutrina do Século XX. O Século XIX foi um século de análise, de fracionamento, de divisão. Não partilho da opinião de Leon Daudet, que o denominou estúpido, tampouco da opinião daqueles que, orgulhosos do sucesso da ciência experimental, das invenções, desde a máquina a vapor até a lâmpada elétrica, se denominaram filhos do "século das luzes". Para não incorrer na mesma unilateralidade que marca a mentalidade do Século XIX, direi que aquele século prestou relevantes serviços e cumpriu sua missão histórica. Pela análise, penetrou segredos da natureza, legando-nos precioso patrimônio científico e técnico, mediante o qual atingimos os estágios do progresso atual. Mas justamente porque o Século XIX era um século analítico, ou por deformação mental do homem daquele tempo, vendo tudo por parte e não o todo, a influência que essa mentalidade de laboratório exerceu no mundo político, no mundo econômico e no mundo social foi enorme, porquanto é sempre da concepção dos fenômenos universais que decorrem as concepções sociológicas, econômicas e políticas. Assim, o Século XIX, sob a influência desse espírito divisionário e fragmentador, deu-nos o liberalismo, cujo advento podemos marcar logo após o Congresso de Viena, em 1815, passadas as refregas das batalhas napoleônicas. O liberalismo, portanto, tem cerca de 200 anos, é doutrina muito velha, e não se coaduna com nossa mentalidade nova. Depois, em 1848, vemos o socialismo, dito científico, de Karl Marx, que lançou com Engels o seu famoso manifesto. É também muito velho, porquanto data da metade do século passado e tem 115 anos.

Deu-nos também o Século XIX, já no dealbar de nosso século, as formas totalitárias do nazismo e do fascismo, sujeitas à influência direta da escola histórica alemã, principalmente do Bluntschli que confunde a Nação com o Estado e pretende que o Estado absorva a Nação. O nazismo e o fascismo são, portanto, doutrinas velhas.

Ora, o que nós apresentamos, os de minha corrente ideológica, é uma consideração integral do cosmos. Somos homens posteriores à doutrina de Einstein, que nos deu o conhecimento da relatividade universal. Somos homens da época da física nuclear que, penetrando nos mistérios do átomo, foi encontrar a velha verdade de Aristóteles acerca da unidade diferenciada. Consideramos, portanto, não somente o universo em geral, mas as sociedades humanas e o homem em particular, de maneira global no conjunto dos fenômenos que lhes são inerentes e conseqüentes. Razão tinha ontem o Deputado Clóvis Pestana quando dizia ser impossível a solução isolada para o problema isolado. Ou os resolvemos todos, segundo as suas correlações, as suas recíprocas interferências, as suas implicações, uns sobre os outros, ou não resolvemos nenhum.

A própria medicina moderna considera o homem, depois da Escola de Nicola Pende, de maneira global. É a medicina integral, a biotipologia moderna

que não pode conceber apenas um órgão doente, mas olha as conexões com os demais órgãos do nosso corpo. Nós não podemos, por exemplo, considerando a harmonia glandular, pretender que cresça a nossa tireóide, demasiadamente, porquanto sofreríamos de hipertireoidismo. Não desejaríamos que a nossa hipófise se avolumasse, porque isso traria consequências graves para o nosso organismo.

Por conseguinte, tudo na natureza é equilíbrio, tudo tende à harmonia perfeita, razão pela qual não se pode olhar os problemas unilateralmente, mas no seu conjunto. O conjunto dos fenômenos é que nos dá as noções, geral e isolada, da problemática de uma Nação. Somos, segundo esse critério, não somente favoráveis às reformas que se pleiteiam neste País, porém vamos além: preconizamos uma revolução.

Tive oportunidade, em Porto Alegre, quando o meu Partido apoiou a candidatura do ilustre rio-grandense Leonel Brizzola ao Governo daquele Estado, de dizer na sede do Partido Trabalhista Brasileiro, quanto eram afins os seus propósitos sociais com os propósitos sociais do meu Partido, estabelecendo apenas a ressalva de que via eu no trabalhismo uma certa unilateralidade, inerente ao socialismo do Século XIX, na consideração dos problemas sociais e econômicos. Assim, levados por essa unilateralidade, os homens que constituem a brilhante plêiade desse Partido vêem os problemas cada qual desligado dos outros e não em seu conjunto.

Não sou daqueles que criticam os homens do Partido Trabalhista ou os que se dirigem às multidões reclamando reformas; não sou daqueles que neles vêem, unicamente, propósitos de agitação. Sinto neles sinceridade, desejo de modificar a situação de nosso País. Mas vejo — perdoem-me os meus distintos patrícios dessa corrente —, a par do sentimento generoso e largo para com os pobres e os humildes, um certo romantismo, um romantismo que os leva a enxergar, a considerar apenas uma face do problema, não conjugando a fenomenologia social brasileira de sorte a termos uma noção da perfeita unidade da nossa problemática.

Por isso, em relação a cada assunto que surge, minha bancada aplica a criteriológica que adota para resolver determinada questão. Por exemplo, no tocante à reforma agrária, desejamos no Brasil uma revolução agrária. Desejamos abranger todos os setores correlacionados com o problema da terra e do homem. Estabeleci um esquema procurando aproveitar o que de bom existe não só no projeto aqui vindo por parte do Presidente da República, como naqueles que se lhe opõem e ainda muitos outros que existem nesta Casa. Procurei, examinando-os atentamente e com a melhor boa vontade de cooperar, acima das paixões do momento, e cheguei à conclusão exposta num pequeno organograma que serviu de base a projeto de lei agrária que a minha bancada está elaborando e vai apresentar a esta Casa logo após a Semana Santa.

Esse esquema parte do seguinte: não chamamos reforma agrária porque não temos a reformar o que não existe. Chamamos lei agrária, mas não assumimos a posição dos que vêem nesta lei agrária apenas um meio de desapropriar e distribuir terras. Evidente que em muitos casos, alguns enunciados no projeto oficial, justifica-se a desapropriação, e vemos, também nesse projeto, o grande interesse em distribuir terras aos sem-terra. São capítulos dos quais se pode aproveitar quase tudo. O que não vejo é uma lei agrária, abrangendo toda a fenomenologia da economia brasileira correlacionada com o problema da terra.

Dividimos em três partes este problema. Primeiro, o homem; o homem como causa e fim da reforma agrária. Segundo, a terra como instrumento do homem para prover aos meios de que necessita e para engrandecer a economia nacional. Terceiro, a produção, resultado do trabalho do homem na terra.

Entendemos, então, que, em relação ao homem, ele necessita: primeiro saúde. Todos, aqui, da passada legislatura, lembram-se de um discurso notável pronunciado pelo Deputado Valdemar Pessoa, com dados estatísticos impressionantes sobre as endemias rurais e numerosas outras enfermidades, que diminuem o valor econômico do homem brasileiro.

Ora, o homem, para ser considerado integralmente e não por partes, é um ser espiritual, econômico e cívico.

Pretendiam os pensadores da enciclopédia e da revolução francesa e os liberais, seus herdeiros, que o homem fosse, apenas, um ser cívico. Não cogitaram do lado econômico do homem e nem do lado espiritual. Criando-se o Estado agnóstico, sem confissão de fé religiosa, o que pôs de lado o homem espiritual, e concebendo-se o Estado como apenas mantenedor da ordem política, o homem econômico ficou, também, de lado.

Tem razão Karl Marx, quando, sob o ponto de vista do materialismo histórico e dialético, considera o homem como um “ser econômico”. Tem razão. Entretanto, Marx é também unilateral, porque é um homem do Século XIX. Têm razão os filósofos da revolução francesa quando julgam o homem “ser cívico”, pois realmente o é, e Aristóteles já o chamava de “animal político”. Mas o homem não é, apenas, uma só dessas coisas: é tudo isso.

O valor econômico do ser humano mede-se pela sua capacidade de produção.

A capacidade de produzir decorre de dois fatores: saúde e instrução. Um trabalhador rural, ou um trabalhador de qualquer setor das nossas atividades, saudável e instruído produz mais do que outro doente e analfabeto.

O Sr. Britto Velho – Estava ouvindo com toda atenção o discurso de V. Ex.^a, mas, devendo ir a uma reunião da Comissão de Educação e Cultura, peço a V. Ex.^a me perdoe retirar-me neste instante.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Muito agradeço a V. Ex.^a o aparte, que honrou o meu discurso, pela gentileza da escusa.

Mas, dizia eu, é preciso dar ao homem do campo saúde e educação, sem o que não lhe adianta ter terra. Como lhe dar saúde? Primeiro, pela higiene rural, inexistente no País. Os assistentes da higiene rural ensinarão o nosso homem até a comer, porque ele não conhece o valor dos alimentos; ensinarão como morar, porque há regiões como, por exemplo, o Triângulo Mineiro, ou o Oeste de São Paulo, onde as casas de pau-a-pique, barreadas, são ninhos de “barbeiros”, que dizimam populações inteiras.

É preciso dar ao lavrador assistência médica. O número de médicos e dentistas no nosso interior é reduzidíssimo.

Como solucionar o problema? Por meio de unidades móveis. Quer dizer: ambulâncias motorizadas, ou lanchas nas regiões dos rios, levando medicamentos, levando médicos, que vão passando, como fazem os padres nos lugares remotos para desobriga da quaresma. Fariam os médicos a desobriga da saúde. É necessário, por conseguinte, dar vitalidade ao homem brasileiro. Neste ponto, lembro-me do importante problema da habitação; o nosso homem rural não mora: embioca-se em barracos, ranchos, mocambos, favelas, choupanas de sapê. Esta questão, portanto, é importantíssima e se integra na problemática geral da lei agrária.

Quanto à educação, precisamos de escolas primárias rurais. Nossas escolas ditas rurais no Brasil têm esse nome porque estão situadas na roça. Seu programa é o mesmo das escolas das cidades. Há necessidade de se criarem escolas cujas motivações de leitura ou de preleção dos mestres leve a criança, o adolescente, o adulto a amar a terra em que trabalha e amar o gênero de trabalho a que se dedica, razão pela qual devem ser diferenciadas as escolas rurais para a zona do café, do cacau, do algodão etc. As escolas de iniciação agrícola completarão as primárias. É preciso, ainda, dar assistência técnica ao nosso lavrador. Como? É uma barbaridade dar-lhe a terra e, depois, não lhe fornecer qualquer assistência.

A assistência técnica será de orientação, de máquinas agrícolas, de adubos, de sementes, de inseticidas etc. Hoje, tudo isso é deficiente em nosso País.

Como vêem os Srs. Deputados, uma reforma agrária interessa a todos os órgãos da vida administrativa nacional. No tocante à saúde, ao Ministério da Saúde e às Secretarias de Saúde dos Estados; no tocante à educação, ao Ministério da Educação e às respectivas Secretarias estaduais; no tocante à assistência técnica, especificamente ao Ministério da Agricultura, que hoje não funciona como deveria, para orientar e facilitar os instrumentos de que o homem da roça precisa para produzir melhor. Agora, é a interferência do

Ministério da Indústria e do Comércio na criação de uma indústria de máquinas agrícolas, tratores, arados, implementos e adubos.

O preço do adubo, hoje é verdadeiramente astronômico: de Cr\$ 2.000,00 ou Cr\$ 3.000,00 passou a Cr\$ 34.000,00, Cr\$ 38.000,00 e até Cr\$ 40.000,00.

O sal – aqui vai intervir o Ministério da Viação – que vem de Mossoró, a que preço chega ao sul, com os fretes e os serviços de estiva? Vejam os colegas como os fenômenos se inter-relacionam e apresentam íntimas conexões que não podemos deixar de lado.

É preciso também o transporte. Que adianta plantar e ver a produção estagnada? Entram aqui os planos rodoviários, ferroviários, fluvial e marítimo da Nação, para levar os produtos aos centros consumidores, a fim de que o lavrador não fique nas mãos do especulador, do açambarcador, do tubarão, que, desde o começo do plantio, o explora, emprestando-lhe dinheiro para receber depois a preços ínfimos, a safra inteira.

É preciso, ainda, o financiamento. Que me adianta me darem terra se não me dão dinheiro? Se não posso produzir porque não tenho tostão? Aí a função de um Banco de Desenvolvimento Rural, levando suas agências a todas as regiões agrícolas do País e facilitando o crédito, de modo que o lavrador obtenha empréstimos a prazos longos e juros baixos correspondentes ao valor da propriedade, dos móveis e semoventes, do valor presumível da safra do ano, e levante o dinheiro de que necessita, para não ir buscá-lo com o avarento que sempre o explora e dele arrebata tudo quanto produziu.

Em relação ao assalariado, cumpre relevar importante providência, mas essa já foi tomada: o Estatuto do Trabalhador Rural. Dar ao trabalhador do campo os mesmos direitos que já tem seu irmão da cidade.

Agora é o problema da terra. Precisamos ter em conta as diferenciações geográficas e ecológicas, conceituar o latifúndio, o minifúndio e a propriedade média. Isto varia de ponto para ponto do País. Não posso chamar latifúndio a uma fazenda como vi no Rio Grande do Norte. Perguntei ao fazendeiro quantos alqueires tinha. Ele respondeu: trezentos. Disse-lhe: é uma boa fazenda. E ele: mas são aproveitadas apenas manchas que vão a 20 por cento. Por conseguinte, fatos como este devem também ser levados em conta.

Há ainda os problemas da conservação e da recuperação do solo, que não podem estar alheios a uma lei agrária. Temos também o problema do florestamento e do reflorestamento, igualmente da máxima importância, de que aliás cogita o projeto governamental.

O SR. PRESIDENTE (Cid Carvalho) – Pediria ao nobre orador concluir sua oração, pois vamos passar à Ordem do Dia.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Estou abreviando e alinhavando tudo o mais depressa possível. Foram-me tomados, antes que iniciasse meu discurso, cerca de 15 minutos do meu tempo. Por isso não pude ainda concluir, mas terminarei dentro em pouco.

Vou passar de largo sobre outros aspectos desse conjunto de problemas como a colonização, a imigração e tantos outros que constituem a totalidade do problema agrário, porque meu tempo se acha esgotado. Tratemos, ainda que resumidamente, do problema da produção.

É da maior importância o seu escoamento e comercialização. Temos de criar órgãos não-estatais – não acredito na intervenção do Estado –, cuja direção seja eleita pelos próprios interessados na respectiva categoria dos produtos e cogite da recepção, do apreenhimento, estatisticamente calculado, da distribuição no comércio interno, eliminando-se o mais possível o intermediário, que geralmente age sem alma, sem coração, órgãos que cogitem tanto dos problemas do incremento do nosso comércio interno, como da exportação.

E finalmente, Srs. Deputados, o seguro agropecuário. O lavrador e o pecuarista precisam trabalhar tranquilos, certos de que, se vier o granizo, se vier a seca, se vier a enchente, se vier a peste em seus rebanhos, ele estará garantido pelo seguro agropecuário.

Isto tudo – lamento que tivesse tido um tempo tão curto de sorte a ter que reduzir e alinhar rapidamente as idéias sobre este problema ...

O Sr. Leonel Brizzola – Permita-me.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Perfeitamente.

O Sr. Leonel Brizzola – Quero dizer que ouvi atentamente o discurso de V. Ex.^a. Também considero que deve ser examinado globalmente o problema da reforma agrária, onde o problema da terra tem uma função desencadeadora. Exerce, evidentemente, logo após a consideração do fator homem, um efeito desencadeador de todo esse conjunto de medidas que devem compreender a chamada reforma agrária. Às três questões essenciais que V. Ex.^a arrola, eu me permitiria acrescentar outra que particularmente considero, também, imprescindível: o fator mercado. Muito obrigado a V. Ex.^a.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Completa V. Ex.^a o meu pensamento, trazendo mais um ângulo do problema, e da maior importância.

Termino, Sr. Presidente, dizendo que, não tendo podido, por questão regimental de tempo, explanar, como deveria e desejaria essa importantíssima questão, eu anuncio já à Casa que minha bancada tomou uma deliberação, aproveitando, num desejo de colaborar, o projeto governamental e certos

aspectos de outros projetos, e irá apresentar à Câmara um tipo de lei agrária que seja, realmente, a solução geral para o problema brasileiro, uma solução conseqüente de todos os casos particulares, apreciados no seu conjunto pelo método integral.

E quero fazer, aos meus colegas, um apelo. Tenho ouvido, nesta Casa, oradores brilhantes, em enteveros também brilhantes, levados, muitas vezes, pela paixão política de parte a parte. Em relação aos problemas básicos da Nação, apelo no sentido de que nos compenetrems das gravíssimas responsabilidades que temos perante o País e estudemos, detidamente, debatendo com serenidade e espírito de cooperação, porque será da cooperação de todos, com a melhor boa vontade para servir ao Brasil, que sairão as grandes sínteses expressivas de nosso século, que já não é de análise. De síntese é o nosso século, de síntese devem ser as soluções que aventamos, pelas quais propugnamos e que desejamos realizar.

Calmos e tranquilos, com a serenidade e clarividência necessária nas horas mais difíceis da nacionalidade, estou certo e convencido de que os Deputados da presente legislatura marcarão, com as reformas indispensáveis, que devem ser inspiradas por espírito verdadeiramente revolucionário, um período dos mais notáveis na história política de nossa Pátria. (*Muito bem; muito bem, Palmas.*)

AMPLA EXPOSIÇÃO EM TORNO DO FUNDO NACIONAL PARA A REFORMA AGRÁRIA

Sessão de 20 de agosto de 1963

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, ainda sobre o tema de reforma agrária vai falar o segundo orador, e isto pela circunstância de que, por ocasião da apresentação do projeto de minha bancada, que cria o Fundo Nacional para a Reforma Agrária, o tempo me foi de tal maneira exíguo que mal pude aflorar os temas principais que ele encerra. Aguardei a primeira oportunidade para dar algumas explicações à Casa acerca das razões e dos objetivos daquele projeto por mim apresentado.

Este problema, no seu desenvolvimento dialético, apresenta-nos uma tese, uma antítese e uma tentativa de síntese. A tese é governamental e apoiada pelas chamadas esquerdas; objetiva uma reforma constitucional como condição *sine qua non* para se realizar uma reforma agrária. A síntese é a daqueles que pretendem a intangibilidade da Carta Magna e se apóiam grandemente em vastas áreas rurais de fazendeiros e sitiantes. Entre uns e outros, surgem outros que pretendem uma conciliação e apresentam, para seguirmos os métodos de raciocínios marxistas, com fundamento em Hegel, uma síntese. Esta, porém não é verdadeiramente uma síntese, mas uma capitulação. É o Partido majoritário, que se tem empenhado vivamente no sentido de conciliar a bem-querença do poder, em circunstâncias de não se haver mal com as raízes eleitorais, principalmente dos Estados do Centro, que têm como vanguarda o de Minas. Pretendem eles conceder a reforma constitucional em termos mais amenos e que possam ser aceitos, entendendo que, dessa forma, preservam o princípio da propriedade.

A meu ver, portanto, não temos uma síntese, mas uma capitulação. Seja qual for a reforma que se faça, ainda que em detrimento do radicalismo governamental, é capitular.

Meu Partido entendeu de exercer sua função histórica. Já o grande homem de Estado, o saudoso Odilon Braga, num discurso pronunciado em nossa sede, quando foi nosso candidato, qualificou a agremiação que presido com o nome de Partido Saquarema. Como se sabe, este Partido Saquarema teve grande ação nos tempos do Primeiro Império e da Regência, porque era um partido moderador. Enquanto, de um lado, os jacobinos exerciam grande ação nos periódicos do tempo e nos discursos de praças públicas e do Parlamento, e enquanto os chamados restauradores cingiam-se a uma tradicionalidade que já

não se comportava com a nova situação de independência do nosso País, esse Partido Saquarema era o que dizia sempre a palavra serena, inteiramente alheio aos temas emotivos e às paixões que se desencadeavam.

Odilon Braga tinha razão. Sempre admirei, naquele período de nossa História, o vulto de Evaristo da Veiga, que, nas ocasiões em que explodiam as paixões de nossos patrícios, trazia uma palavra calma e ponderada.

Nestas condições, verifico, neste momento do nosso País, que, tanto de um lado como de outro, existe grande anseio para a solução do problema agrário e, teorizando uns de um lado e outros de outro, aparentemente divergentes, na realidade desejam a mesma coisa.

Qual o motivo pelo qual o Governo da República deseja uma reforma constitucional? Ele e seus adeptos explicam: "Porque não há dinheiro para as desapropriações."

Aceitando para argumentar, que a desapropriação seja o principal numa reforma de estrutura agrária, porquanto a colonização é o que demanda maior despesa, entendemos nós, primeiro, apresentar um projeto de reforma agrária baseado na criteriologia decorrente da doutrina que esposamos baseada na correlação fenomênica. Tratamos, então, de correlacionar todos os fenômenos econômicos do País e atividades governamentais, no sentido de atingirmos uma fórmula de solução para o problema agrário.

Isto posto, gizei o assunto, dividindo-o em três termos: o homem – agente da produção –, a terra – instrumento desse agente – e a produção – resultado da atividade do agente.

Sistematizamos e metodizamos a matéria, de sorte que o projeto por nós apresentado, resultando de acurados, demorados, exaustivos estudos técnicos, estabelece, inicialmente, a valorização econômica do homem rural; em seguida, a assistência técnica; depois, o financiamento; logo depois, o problema das indústrias primárias; seguindo-se o problema de locomoção, dos transportes, do acesso à propriedade e uso da terra. Examina-se o conceito espacial das propriedades agropecuárias, o que não está em nenhum projeto apresentado: a definição do que seja latifúndio, minifúndio, propriedade média e propriedade familiar. Mostramos, neste capítulo, o que pode e o que não pode ser desapropriado. Passamos à desapropriação por interesse social e definimos todos os casos em que ela se pode dar. Tratamos dos dinheiros do trabalhador rural, parte indispensável de uma reforma agrária; procuramos os remédios para garantir justa remuneração a parceiros e rendeiros; instituímos o seguro agropecuário, como não podia deixar de ser, e cogitamos da conservação do solo, do reflorestamento, da irrigação. Passando ao terceiro tema do problema, a produção, buscamos providências para a conservação dos produtos e acesso aos mercados, de forma a garantir ao lavrador preço justo razoável, capaz de lhe inculcar estímulo para trabalhar. Finalizando, criamos o órgão

executor da reforma agrária completamente fora das esferas políticas, pois se hoje está um partido no Governo, amanhã estará outro, e é humano que esse partido queira locupletar-se do órgão para fins político-eleitorais. Por isso instituímos o órgão fora das influências partidárias: um conselho deliberativo será eleito pelas categorias de produção, que não irei enumerar para entrar logo na matéria que mais me compete, neste instante. Esse conselho deliberativo é que indica as listas triplíceis ao Presidente da República, para nomeação da comissão executiva.

Apresentado este projeto, pensávamos em como arranjar dinheiro para execução de tão lindo e vasto plano. Eis que, nesta Câmara, apresentou-se um projeto de empréstimo compulsório. Minha bancada votou contra. Primeiro, porque era inconstitucional, uma vez que entrava em vigor imediatamente; segundo, porque era injusto, recaindo sobre assalariados, sobre os pobres da classe média. Por isso, votamos contra. Mas, como diz o povo que “todo mal traz o bem na cauda”, trouxe-nos tal projeto a chave para a solução do problema financeiro da reforma agrária. Pensamos: Quem deve arcar com as despesas para sanar a imensa pobreza do nosso território, muitas vezes exagerada nos algarismos apresentados pela demagogia comicieira, mas na realidade existente? Quem deve pagar?

Evidentemente, os que estão melhor na vida, os mais ricos, os mais abastados.

E aqui eu me reporto a uma passagem do discurso do Deputado Britto Velho, que me precedeu, quando invocou o testemunho de Chesterton e leu, daquele brilhante espírito britânico, página oportuna e adequada a esta matéria.

Como disse Chesterton, Rotchild e Rockefeller não defendem o princípio da propriedade, nem o podiam defender aqueles que representam trustes, monopólios e grandes empresas. Porque é da índole do capitalismo – está patente na perfeita análise feita por Karl Marx –, na luta pela concorrência, ir o grande capital eliminando os menores, para subsistirem os maiores, os mais fortes. Por conseguinte, o capitalismo atenta contra o princípio da propriedade.

Isso posto e dentro do pensamento de Chesterton, cuja página não nos ocorrera, então, mas que agora vem a calhar, elaboramos o projeto do Fundo Nacional para a Reforma Agrária. Antes disso, porém, tivemos cuidado de ver quais eram as necessidades do Governo, para a desapropriação. Fomos às estatísticas. Infelizmente, não temos a estatística de 1960. O IBGE apenas tem a de 1950. Verificamos que existem no Brasil 800 milhões de hectares agricultáveis, estando em domínio particular 232 milhões. Quer dizer, 500 e tantos milhões de hectares não estão em poder de particulares.

Então, vejamos o que pode ser desapropriado. Nestes 232 milhões de hectares temos a considerar os ocupados por culturas permanentes, como o

café, cacau, sisal, azeitona, chá-da-índia, tungue, uva, frutas cítricas, pimentão-reino, mate e outras. Isto orça em 5 milhões de hectares. Temos as culturas temporárias, em razão do ciclo vegetativo – cereais, leguminosas, tubérculos e raízes, plantas industriais. Isto orça em 21 milhões de hectares que, somados aos outros, nos dão 26 milhões de hectares. Temos de considerar as áreas ocupadas com pastagens. A população bovina, eqüina, asinina, caprina e ovina no Brasil é de 130 milhões de cabeças. Variando a qualidade de pastagens – nuns lugares o gado vive na razão de 1 hectare por cabeça; em pastagens piores são necessários 2 ou 3 hectares –, temos a média, por baixo, de 140 milhões de hectares ocupados com a criação.

Há ainda a considerar as superfícies ocupadas por matas. Certamente que a reforma agrária não vai meter fogo nas florestas. Pelo contrário, ela precisa reflorestar, ainda. Então, podemos avaliar em 10% sobre os 232 milhões de hectares, o que nos dá 23 milhões de hectares. Tudo calculado, restam desapropriáveis 41 milhões de hectares, e digo desapropriáveis se essas terras estiverem nas condições previstas pelo outro projeto nosso de reforma agrária, improdutivas por incapacidade, por omissão ou por intuítos de especulação do seu proprietário e não pela falta de assistência e financiamento. Mas vamos dar, para argumentar, que tudo isso, esses 41 milhões de hectares devem ser desapropriados. Nestas condições, cumpre verificarmos o preço. Ele é variável, imensamente variável, neste País variável. Nunca o princípio de Aristóteles, da unidade diferenciada, se aplicou tanto num País como o nosso. São regiões inteiramente diversas. Se se conhecerem, como eu conheci, não nos livros, mas pelos olhos, as regiões do Amazonas, do Nordeste, do Centro, do Oeste e do Sul, ver-se-ão imensas disparidades, não só quanto ao valor produtivo da terra, como também quanto ao seu valor venal. Para ser honesto não tivemos ânimo de estabelecer rigorosamente a média em algarismos. Mas sentimo-nos autorizados, pelos estudos que fizemos, pelas meditações a que nos entregamos, a provar que, se o Governo da República quiser desapropriar esses 41 milhões de hectares, não precisará mais do que 500 ou 600 bilhões de cruzeiros. Então, vamos arranjar dinheiro para o Governo, para não haver pretexto de reforma constitucional, que abre terrível precedente na vida do País, abre as portas para novas reformas e o pior, queiram ou não queiram, fere na raiz o princípio da propriedade. Vamos buscar onde Chesterton nos mandaria buscar – nos ricos.

Lerei, rapidamente, pequenos trechos da justificativa do nosso projeto.

“Do ponto de vista financeiro e monetário, o plano adotado para a constituição do Fundo Nacional para a Reforma Agrária é o que se apresenta com real perspectiva de sucesso, não implicando

nenhuma medida capaz de influir nos custos da produção e, em consequência, provocar alta do nível de preços.

Suas características mais marcantes são, exatamente, as de contribuir para o esforço governamental no sentido de conter a inflação, não só porque a incidência do empréstimo compulsório se faz sobre os rendimentos já produzidos, portanto na fase da distribuição da riqueza, como porque alguns de seus itens são, tipicamente, de caráter antiinflacionário."

Chamo a atenção para dois itens do artigo 3.º deste projeto. Um, o que determina que os bancos, que hoje recolhem à SUMOC 28% dos depósitos, recolham mais 10%, calculados sobre esses depósitos, o que será menos de 3%. Mas, em que caráter? No caráter de empréstimo, recebendo títulos resgatáveis e ganhando juros. Os bancos devem ser interessados no desenvolvimento agrícola do Brasil. Interessados, mesmo egoisticamente, pois o desenvolvimento da Nação concorre para o desenvolvimento deles. O projeto, portanto, não os fere. Outro: os serviços prestados ao Governo, autarquias e ministérios serão pagos, 30% em títulos resgatáveis e ganhando juros. E isso é medida também de grande importância para o equilíbrio do Orçamento da República e, ao mesmo tempo, beneficia o plano da reforma agrária.

O adicional atribuído ao imposto de renda declarado pelas pessoas jurídicas para subscrição do empréstimo também está dentro da margem adequada. Fizemos cálculos precisos para não gravar demais, mas para vir indireta e ulteriormente aos próprios tomadores do empréstimo. Outras medidas adota o projeto. Por exemplo, sobre o movimento de apostas nos jôqueis clubes. Só São Paulo e Rio fazem um movimento semanal de meio bilhão. Uma percentagem será recolhida como empréstimo compulsório. O mesmo com os prêmios de loterias. Atualmente, paga-se imposto de 30%. Neste caso, não será imposto; será uma pequena parte recebida em títulos resgatáveis, ganhando juros.

Este projeto dá ao Governo da República 730 bilhões de cruzeiros. "Não tem dinheiro? Pois tome lá. Aqui está o dinheiro." "Você queria buscar onde? Ferindo o princípio da propriedade, desgraçando às vezes um lavrador? Não! Vai tirar dos ricos, dos ricos que se estão locupletando com imensos lucros." Hoje é a grande indústria, são os grandes exportadores e importadores, são os grandes estabelecimentos bancários que são os maiores beneficiados, enquanto a zona rural está cada vez mais se empobrecendo. Para restabelecer o equilíbrio do País, deste país em tudo desequilibrado, é necessário que se tire de onde existe, para pôr onde não existe. E aqueles que estão onde existe o dinheiro, dentro de alguns anos se regozijarão porque terá aumentado o poder aquisitivo de grandes massas agrícolas, e, conseqüentemente, eles vão ressarcir

com outros lucros futuros, depois de um ato que não chega a ser um sacrifício no presente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, causa tristeza ao homem público que estuda seriamente os problemas da sua Pátria, que deseja ser honesto nas suas proposições, verificar a indiferença com que as idéias por ele apresentadas são recebidas. Alguns elogios, algumas palavras de estímulo e o silêncio, a paralisação dos projetos neste labirinto de Creta, a que se chama tramitação na Câmara, e finalmente as manobras dos grandes partidos, uns pretendendo encontrar fórmulas conciliatórias, estilizaristas.

O Sr. Padre Vidigal – Outros querendo Ministérios.

O SR. PLÍNIO SALGADO – ... outros assumindo atitude que, embora justa e nobre, na defesa da Constituição, torna quase impossível a solução do problema, o que os atira para o campo de um reacionarismo incompreensível.

É triste, para o homem público, ter de falar. Assomo a esta tribuna, quase sempre, ou em horas de crises que conturbam minha alma de brasileiro, ou em momentos em que quero chamar a atenção de meus pares para assuntos que, a mim e a meus companheiros, nos custaram horas longas e aturadas de pesquisa. Não foram apenas os cinco anos, em três sucessivos governos, de gerência do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, para os quais indiquei sempre presidentes, dizendo-lhes, sistematicamente: “Cuidem primeiro da colonização; a imigração é segundo problema, porque não podemos convidar ninguém para vir a nossa casa se ela não está arrumada”. Mas nunca esta Câmara deu verba suficiente ao INIC. Nesta tribuna protestei não raro, porque o plano de colonização organizado pelos presidentes do INIC era a reforma agrária. Não precisaríamos de reforma agrária (*muito bem*), se houvesse os recursos financeiros para o INIC. Agora, a SUPRA possui vinte vezes mais do que aquele Instituto e não está fazendo coisíssima alguma, quando tem todos os poderes nas mãos para iniciar a reforma agrária. Não foi apenas minha infância desabrochada entre arrozais e milharais que meu pai plantava; não foi somente minha adolescência entregue à agricultura para ajudar o sustento de minha mãe viúva e meus irmãos; não foi unicamente a felicidade de ter exercido a profissão que deu a George Washington a visão perfeita dos problemas dos Estados Unidos, a agrimensura; não foi apenas a minha função de escritor, pondo, no meu primeiro romance, *O Estrangeiro*, o problema da grande fazenda e do pequeno sítio e no segundo, *O Esperado*, o drama e tragédia dos posseiros e dos grileiros; não foi apenas o contato que tive com eminentes mestres em matéria de sociologia rural, como o Professor Smith ou os estudos que fiz da pequena propriedade no Instituto Scalfati, de Nápoles, nem os oito anos que passei em Portugal, exilado, atento à pequena propriedade, que é comum

naquele país. Foram também três meses de estudos de estatísticas, de números que me convenceram de que, aceita por todos a intangibilidade da propriedade, o problema da reforma agrária deixa de ser ideológico ou político. É problema técnico e como problema técnico deve ser encarado. E enquanto assim o não fizermos, não daremos a reforma das estruturas rurais ao País.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, vejo que minha hora já se extingue e não esperarei aquela campanha que tanto aterroriza o meu eminente colega Britto Velho. Dei o recado que queria dar.

Vou conceder o aparte ao meu nobre amigo Deputado João Abdala, para, em seguida, encerrar minhas considerações.

O Sr. João Abdala – V. Ex.^a sabe, eminente Deputado Plínio Salgado, da grande admiração que tenho por V. Ex.^a, pela sua cultura e, principalmente, pelo grau de patriotismo com que V. Ex.^a encara os problemas do Brasil. Acompanho há muito tempo a vida de V. Ex.^a como escritor, como líder político e principalmente como defensor desta grande Pátria. Como industrial, vou ao encontro dos princípios que V. Ex.^a defendeu no brilhante discurso que está fazendo. Estou certo de que as indústrias do Brasil, desde as mais pequenas, acompanharão o seu pensamento e a forma pela qual V. Ex.^a expõe as necessidades da Nação. Outra coisa quero dizer a V. Ex.^a, com referência a esse grande projeto que V. Ex.^a apresenta: isto já é mais do que uma reforma agrária, isto é uma perfeita orientação para um povo que precisa erguer as suas forças agrícolas. V. Ex.^a já superou a reforma agrária. V. Ex.^a traça uma orientação agrária que vai consertar a produção no Brasil.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Srs. Deputados, o testemunho de um industrial vem demonstrar que não firo os interesses da indústria quando pretendo conclamá-la, recrutá-la para vir ajudar os lavradores. Este projeto já tem sido, realmente, bem aceito também por banqueiros. Só nesta Casa vem sendo recebido com uma frialdade que me espanta e me causa profunda tristeza.

Senhores do Governo, Senhores da Oposição, Senhores das esquerdas, e Senhores das direitas, nós todos somos brasileiros, nós todos devemos caminhar para a solução mais fácil, mais objetiva, mais eficiente deste problema da reforma agrária e de outros problemas do Brasil. Por que razão não nos unimos todos, abandonando mágoas e ressentimentos, vivendo menos emotivamente, mais cerebralmente, a fim de que lúcido seja nosso raciocínio, como firmes e retas as nossas intenções? Eu os conclamo para resolvermos com esta síntese, que é a criação do Fundo de Reforma Agrária, a controvérsia sobre reforma ou não da Carta Magna, para que entremos no trabalho realista e não sejamos chamados de inoperantes, lá fora, por um povo que tudo espera desta

Casa do Congresso, um povo que tem direito de esperar. Até quando colocaremos a política acima dos interesses da Nação? Até quando nos divorciaremos de tal maneira que os debates desta Câmara, já por vezes, vem assumindo aspectos tão pouco parlamentares e tão pouco edificantes ao ponto de nos envergonhar? Srs. Deputados, neste instante passo à História brasileira o esforço de um grupo de homens que desejou, num determinado momento no País, encontrar a solução precisa e verdadeira que foi rejeitada. Espero que, pondo de lado interesse da Oposição ou do Governo, prestem atenção a esses documentos, prestem atenção, e possa o historiador dizer: "Sim, na verdade ele falou, mas foi ouvido, ouvido e entendido". E maior virtude tiveram os que o ouviram e entenderam por que se levantaram e realizaram uma grande idéia, a idéia do engrandecimento nacional. *(Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.)*

AINDA SOBRE O FUNDO NACIONAL PARA A REFORMA AGRÁRIA

Sessão de 6 de junho de 1963

Requerimento

Sr. Presidente:

Requeiro a prorrogação da sessão por 20 minutos, a fim de falar de acordo com o artigo 12 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, 6 de junho de 1963 — *Plínio Salgado*.

O SR. PRESIDENTE — Os Senhores que aprovam queiram ficar como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Plínio Salgado.

O SR. PLÍNIO SALGADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, não me utilizarei de todo o tempo da prorrogação por ser já hora adiantada e não haver nem tempo para desenvolver o tema que me proponho neste momento. Mas, tendo de viajar hoje à tarde, e havendo orador preferencial do Grande Expediente, vi que não me sobraria um minuto sequer para fazer na Sessão da tarde o que agora vou fazer.

É o seguinte: o meu Partido atento à gravidade da situação nacional, às controvérsias que se levantam acerca da reforma agrária, entendendo uns a necessidade imperiosa da reforma da Constituição e entendendo outros não ser essa necessária; verificando o meu Partido que nesta situação os ânimos cada vez mais se acaloram e o problema não é resolvido, estudou detidamente esta questão. Alegam, os que pretendem a reforma constitucional, que o Governo não dispõe de meios para pagar em dinheiro as desapropriações. Se esse é o motivo pelo qual se pleiteia uma reforma constitucional, entendemos nós haver outro recurso, e esse recurso deriva da criteriologia por nós adotada de considerar a intercomunicação dos problemas e o envolvimento de outras atividades nacionais em cada uma das questões que se oferecem à consideração da Nação. Nestas condições, parece paradoxal que, tendo minha bancada votado unanimemente contra o empréstimo compulsório, há dias, nesta Casa,

venha agora propor um empréstimo compulsório. Mas é preciso distinguir: votamos contra aquele empréstimo por três motivos. Primeiro, por ser inconstitucional; segundo, por ser insuficiente, dado o grande déficit de cerca de 300 bilhões que se pretende cobrir com 60 a 70 bilhões, para a finalidade proposta, esse empréstimo compulsório; terceiro, porque, analisando artigo por artigo, verificamos que nesse empréstimo existem largas possibilidades para se aquinhoarem grupos financeiros em detrimento dos interesses nacionais. Um deputado de minha bancada, ainda amanhã ou segunda-feira, virá à tribuna para expor nossa análise acerca daquele monstruoso empréstimo compulsório. Parecendo paradoxal, entretanto, o projeto que hoje apresentamos à consideração da Câmara é absolutamente constitucional, eficiente, suficiente, e com ele não haverá necessidade da reforma constitucional. Se o Governo se propõe pagar em títulos, nós propomos a emissão de títulos para o empréstimo compulsório, em que as classes mais favorecidas e que têm responsabilidade perante o País concorrem num plano quinquenal, de sorte que o Governo tenha os recursos necessários e muitíssimo mais do que se pretende com a reforma constitucional. Com a reforma constitucional mal dá para se fazerem as desapropriações, ficando de lado a colonização, o reaparelhamento agropecuário do País, para criação de riquezas que indiretamente venham concorrer para novas possibilidades financeiras do Governo. Do projeto que apresentamos, desejaria eu ler os itens principais. Gostaria de ler a justificativa que o acompanha. Mas o tempo é exíguo, e, julgando eu de urgência que este projeto entre na consideração da Casa, pedi esta prorrogação para enviá-lo à Mesa e solicitar aos Srs. Deputados que, me sendo impossível desenvolver todos os argumentos relativos a esse tema, leiam com atenção a justificativa que apresentamos. É bem um estudo profundo, um estudo minucioso, consciencioso de noites seguidas de trabalho, dos Deputados da bancada e seus assessores técnicos. Não gostamos de discutir essas questões no fogo das paixões políticas.

Não gostamos de tratar superficialmente desses assuntos que interessam à economia e à vitalidade da Nação. Penetramos nessas questões, todas atinentes ao magno problema, e sem paixões nos apresentamos na hora exata para propor aos brasileiros um entendimento, uma pacificação de espíritos, sem o que não será possível resolver coisa alguma neste País.

Srs. Deputados, não sou daqueles mais assíduos na tribuna, mas guardo-me sempre para as ocasiões em que julgo periclitando a ordem interna da Nação, periclitando a paz entre os brasileiros, e assim procedi na famosa crise de agosto, como os Senadores e Deputados da legislatura passada podem dar testemunho. Agora, faço uma proposição de paz, de entendimento geral, e verão que poremos nas mãos do Governo, no prazo de 5 anos, de 700 a 750 bilhões de cruzeiros, o que ultrapassa de muito as necessidades das desapro-

priações. Fizemos um levantamento da área agricultável do Brasil, fizemos o levantamento das áreas apropriadas. Vimos o que sobrava e o que é desapropriável e entendemos que, com esses recursos que lhe damos, o Poder Executivo poderá desapropriar, com margem de sobra, sem ônus para o Tesouro. Há ainda nesse projeto uma vantagem enorme: o combate à inflação. Em dois de seus artigos, verifica-se seus efeitos antiinflacionários que são patentes.

Apresento, portanto, esta proposição à Mesa, pedindo, na impossibilidade regimental de me estender na Sessão da tarde e comprimido pelos deveres que assumi de viajar, peço que a leiam com atenção, sem paixões, sem partidarismos, com o único intuito de bem servir à Nação.

Mais uma vez poderei repetir aqui, se o projeto for bem acolhido, que me darei por satisfeito perante Deus e perante o Brasil. Se acaso não for acolhido, também me darei por satisfeito, por ter cumprido um dever de patriota, de brasileiro que ama sua terra e sua gente, quer ver solucionado os seus problemas, mas que quer acima de tudo garantir, como condição fundamental de todo o progresso e desenvolvimento, a serenidade dos espíritos, a paz, a ordem interna, com o único desejo de engrandecer a Pátria, elevá-la àqueles estádios de desenvolvimento e progresso, de justiça social, de fortalecimento econômico e de altitude cultural que todos nós desejamos, como bons filhos do Brasil. *(Muito bem; muito bem. Palmas.)*

POSIÇÃO PERANTE O PROBLEMA DA DESAPROPRIAÇÃO DE TERRA E MODIFICAÇÃO DA ESTRUTURA AGRÁRIA BRASILEIRA

Sessão de 24 de julho de 1963

O SR. PLÍNIO SALGADO (*Para encaminhar à votação*) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, o PDC votará contra o Projeto Milton Campos, votará contra o substitutivo da Comissão de Justiça e votará contra as emendas apresentadas ao mesmo projeto. E o faz na coerência de uma atitude que a sua bancada vem tomando no caso. Julga o meu Partido, por decisão de sua Convenção Nacional e por atitudes reiteradas de sua bancada, que só com uma emenda constitucional que permita o pagamento a prazo da indenização devida pelas terras desapropriadas conseguiremos, de fato, atacar os graves e sérios problemas que apresenta a estrutura agrária deste País. Sem isto, na verdade, não conseguiremos um instrumento legal capaz de atender às justas e legítimas reivindicações da massa camponesa brasileira. Sem atacar a estrutura da propriedade da terra, mal distribuída neste País, concentrada em latifúndios ou então ocupada por minifúndios improdutivos; sem remodelar essas estruturas; sem impedir que terras aráveis continuem sem cultivo, na verdade não conseguiremos fazer uma reforma agrária. Poderemos, talvez, tomar algumas medidas de política agrária aceitáveis, mas que não terão nenhuma eficácia, ou melhor, terão reduzida eficácia, caso se choquem contra o obstáculo da estrutura substancialmente errada.

Nesta hora, por designação da liderança do Partido Democrata Cristão, reafirmo perante esta Casa e perante o País a sua posição independente de quaisquer outras preocupações, pura e simplesmente firmado nos princípios da democracia cristã, pela reforma preliminar da Constituição, sem a qual nenhuma lei ordinária pode ser votada nesta Casa com a eficácia que se pretende. Não se entende que uma lei ordinária, que uma lei de regulamentação preceda um texto constitucional que vai balizar a própria lei ordinária. O Partido tem reiterado este pronunciamento na Comissão Especial que estuda a emenda constitucional, na discussão do Projeto Milton Campos, pelo voto do seu Relator, na discussão de todas as emendas. E é na coerência desta idéia que ele vem hoje afirmar à Câmara que votará contra este projeto, porque entende que ele não poderá trazer ao campo aquela tranquilidade que o campo está reclamando. E porque não queremos enredar o povo, e porque não queremos acenar com uma esperança que não será cumprida, votaremos contra o projeto e pela reforma da Constituição. Já temos colocada nesta Casa, para o

estudo e exame dos colegas, uma emenda constitucional viável, que tranqüiliza o povo e ao mesmo tempo dá ao Governo um instrumento eficaz neste sentido. Enquanto não for resolvida esta preliminar, é pensamento da bancada do meu Partido, consoante a orientação do seu Diretório e o pensamento geral de seus militantes, que a nossa bancada não deve dar nenhum apoio a qualquer projeto de lei que, na verdade, não seja senão uma desesperança, mais um desespero para este povo já desesperado. (*Muito bem; muito bem. Palmas.*)

Este é um momento doloroso da nossa Nação.

AINDA O PROBLEMA DA TERRA, VOTAÇÃO CONTRA EMENDA CONSTITUCIONAL E APELO A SÃO PAULO

Sessão de 1.º de outubro de 1963

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, preliminarmente, meu Partido vota contra a emenda constitucional. Por quê? Porque é inútil, não corresponde aos interesses de uma reforma agrária como nós a desejamos e o povo quer.

Apresentei nesta Casa um projeto de minha bancada, propondo uma reforma agrária tecnicamente perfeita, metodizada, obedecendo a uma sistemática, desde a observação do valor econômico do homem e as necessidades que se impõem para elevá-lo, até todos os demais problemas de financiamento, assistência técnica, educação, formação de mentalidade agrária, saúde, transporte e, finalmente, encarando o problema da distribuição da produção rural. Apresentamos idéias, neste projeto, que resolveriam a gravíssima questão do estímulo que é necessário dar ao lavrador para que produza mais e concorra para o barateamento do custo de vida.

Quanto ao problema da concepção de latifúndio, foi o único projeto que apresentou uma conceituação exata. Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em referência aos motivos alegados pelo Governo e pelos que o representam nesta Casa, para que se modifique a Constituição a fim de que as desapropriações possam ser pagas em títulos, a respeito deste assunto apresentei também um projeto complementar, criando o Fundo da Reforma Agrária, que satisfaz plenamente as necessidades a que alude o Governo, declarando-se empobrecido e sem capacidade nem mesmo para ocorrer às despesas que são as mínimas, ou seja, as da desapropriação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, existe no Brasil uma área de 800 milhões de hectares agricultáveis. Destes, apenas 232 milhões encontram-se em poder de particulares. Se nós deduzirmos desses 232 milhões de hectares as culturas permanentes – café, cacau, mate etc. –, teremos 5 milhões de hectares. Deduzindo-se as terras cultivadas com plantação temporária – arroz, milho, feijão, batata, tomate etc. –, temos mais 21 milhões de hectares, o que soma 26 milhões de hectares.

Tendo em consideração que o gado bovino, equino, caprino, asinino, no Brasil, orça por 130 milhões de cabeças, teremos necessidade, dada a diferenciação do valor das pastagens, de 140 milhões de hectares para manter estes rebanhos.

Deduzindo-se ainda as matas, porquanto é mister, em uma reforma agrária, não somente manter as florestas existentes, mas empreender o próprio reflorestamento, teremos 10 por cento sobre os 232 milhões de hectares, o que, tudo somado, nos demonstra que estariam à mercê de desapropriação apenas 38 milhões de hectares.

Entretanto, estes 38 milhões de hectares deveriam ser submetidos a um exame, para verificar se alguma de suas áreas incide no grave erro econômico do não-aproveitamento. O latifúndio deve ser definido como extensão de área não-aproveitada por negligência, incapacidade ou objetivos de especulação do proprietário.

Examinados esses 38 milhões de hectares que sobram, resta uma área passível de ser estudada, para desapropriação, ou por serem minifúndios insuficientes, ou por serem latifúndios improdutivos. Examinado o problema, levantadas estatísticas pela minha bancada, que só trabalha mediante estatísticas e verdades verdadeiras, verificamos que o Governo precisaria, para estas desapropriações, cerca de 500 bilhões de cruzeiros. Entendemos, então, de estudar e apresentar, como o fizemos, um projeto complementar, criando o Fundo Nacional da Reforma Agrária. Este projeto dá ao Governo 750 bilhões de cruzeiros, mais do que suficiente para não se precisar de reforma da Constituição, que no fundo objetiva ferir o princípio da propriedade e caminhar abertamente para o socialismo bolchevista.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta é a posição do meu Partido em relação a esta emenda constitucional, inútil, direi mesmo idiota, porque não tem fundamento técnico, científico, estatístico. É apenas pretexto para se lançar mais confusão neste País, que já se encontra em plena desordem.

Aproveito a oportunidade, louvando as palavras do Deputado do meu Estado, Sr. Arnaldo Cerdeira, Líder do PSP, para conjugar com as suas a palavra da minha bancada e exprimir um sentimento profundo de brasileiro que vê sua pátria lançada na maior desilusão, na maior anarquia, na maior das desordens, desordens bafejadas pelo próprio Presidente da República.

Muitos elementos comprovantes poderia trazer, no curso das crises que se irão suceder, nesta Casa, para demonstrar o acerto de minha afirmação.

Esta é uma hora dolorosa em que o princípio de autoridade está completamente combalido; em que já não há mais hierarquia e nem disciplina; em que assistimos a inversão dos valores; em que ouvimos teóricos e doutrinadores, metafísicos ou românticos, trazendo mais achas à fogueira em que arde a Nação. Esta a hora em que vemos a dissolução completa da orgânica brasileira e, agora, ainda se pretende, depois de sucessivas greves alimentadas pelo próprio poder constituído, ainda se pretende destruir a única coisa que ainda tem alguma organização no Brasil: a nossa lavoura e a nossa pecuária. Este é um momento doloroso da nossa Nação.

Arnaldo Cerdeira referiu-se à atitude de São Paulo, mas eu, mais do que referir-me, faço um apelo à gente paulista. Oh, paulistas, que estivestes com a Nação no desbravamento dos sertões, conquistando o patrimônio territorial da Pátria! Oh, paulistas, que deixastes as ossadas dos vossos bandeirantes como marcos de posse da nacionalidade brasileira! Oh, paulistas, que já nos fins do Século XVIII éreis chamados, no relatório secreto do Governador da Capitania para o Marquês de Lavradio, os homens sem par por sua energia, sua capacidade de sacrifícios! Oh, paulistas, que assististes ao grito do Ipiranga para o qual contribuístes de maneira tão eficiente e decisiva! Paulistas, que durante todo o curso do Império trabalhastes para sustentar as instituições e pela grandeza da Pátria. Eu escuto ainda nos meus ouvidos os clarins e tambores de 9 de julho de 1932, quando vos erguestes para restaurar em nossa Pátria o regime constitucional e a ordem pública. Não fostes compreendidos naquela ocasião. As rádios da ditadura vos acusaram de separatistas no instante em que éreis os intérpretes legítimos dos próprios sentimentos brasileiros. Eu escuto a marcha triunfal, de estudantes e operários pelas ruas da Capital, o levantamento inteiro daquela população que sente as responsabilidades que lhe cabem em favor da manutenção da ordem, da paz e da Constituição na Pátria brasileira. Que esperais, paulistas? Que estais fazendo, povo de bandeirantes? Este é o vosso momento. Restaurai a ordem na Nação. Levantai-vos, levantemo-nos todos os que sentimos em nossas veias arder o sangue dos Fernão Dias e dos Raposo Tavares. Salvemos a Pátria querida neste instante em que o próprio Governo Federal pretende levá-la para o abismo e para a ruína. *(Muito bem.)*

Como outrora Sales Torres Homem, no Senado do Império, perguntava a Minas Gerais: “Estrela brilhante do Sul, formosa província de Minas: por que desmaias no céu de nossa Pátria, quando ela precisa de todo teu fulgor antigo?” Assim, também, repito em relação a São Paulo, as palavras de Torres Homem, dizendo: Estrela brilhante do Sul, formoso Estado de São Paulo: por que desmaias no céu de nossa Pátria, quando ela precisa de todo teu fulgor antigo? Esta é a mensagem que, neste instante, dirijo ao bravo povo do meu Estado. *(Muito bem; muito bem. Palmas prolongadas.)*

VIAGEM AO DISTRITO SIDERÚRGICO DE MINAS GERAIS

Sessão de 8 de outubro de 1964

O SR. PLÍNIO SALGADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, por iniciativa do nosso nobre colega, Deputado Padre Vidigal, uma comissão desta Casa dirigiu-se a Minas Gerais, percorrendo, durante alguns dias, o quadrilátero fértil daquele Estado. Era natural que, após esta viagem, que foi de observação, de estudos, de debates técnicos e, finalmente, de uma mensagem à Assembléia Legislativa de Belo Horizonte, era natural que nós fizéssemos o relatório do que ouvimos e vimos, assistimos e comentamos, naqueles dias tão fecundos para nós, em que adquirimos tantos conhecimentos e pudemos penetrar mais a fundo num problema relevantíssimo do nosso País.

O Sr. Padre Vidigal — Dá licença, nobre Deputado?

O SR. PLÍNIO SALGADO — Com muito prazer.

O Sr. Padre Vidigal — Antes de V. Ex.^a começar o seu relatório, apraz-me congratular-me comigo mesmo pela feliz iniciativa que tive de convidar colegas, de todos os partidos, para uma visita ao distrito siderúrgico de Minas Gerais. Congratulo-me comigo mesmo ainda porque tive oportunidade de verificar que a viagem foi proveitosa assim para os Deputados como para as usinas siderúrgicas visitadas. E com que prazer colhi a impressão de todos os diretores e presidentes daquelas empresas. Nunca elas tiveram uma visita de caráter tão prático como aquela que acabavam de receber, não só pelos assuntos ventilados, não só pelos debates realizados, como pelo conhecimento que nós adquirimos e tanto prazer causou-lhes verificar que os Deputados também possuíam. Ali a batalha travada entre os que debatiam os problemas de siderurgia teve uma altíssima finalidade, pois mostrou que há elementos para a defesa através da política do minério, desse patrimônio do Brasil, que são as indústrias siderúrgicas.

O SR. PLÍNIO SALGADO — Agradeço o aparte esclarecedor do nobre colega Padre Pedro Vidigal.

Prosseguindo na minha reportagem, entendo que deverei, preliminarmente, dar uma sucinta história do ferro e do aço no Brasil.

O ferro, no Brasil, foi, em 1554, anunciado à Corte Portuguesa pelo Pe. José de Anchieta. Nos fins do Século XVI, em 1590, um primeiro forno foi realizado e posto em funcionamento na Capitania de São Vicente, atual Estado de São Paulo, junto a Araçoiaba da Serra.

Durante o Século XVII, ainda que o País não empreendesse, de maneira vigorosa, a indústria do ferro, entretanto, o problema não foi esquecido, porquanto, já em 1603, havia D. Francisco de Souza proporcionado o desenvolvimento dessa indústria. No Século XVIII, toda a preocupação brasileira foi a extração do ouro e a conquista das pedras preciosas, obra realizada gigantescamente pelos bandeirantes. Mas, já nos fins deste Século XVIII, um grande estadista, D. João VI, homem tão desvirtuado e caluniado por historiadores superficiais, entendeu, já como Príncipe Regente, em 1795, de determinar o estudo e o desenvolvimento da produção do ferro no Brasil.

Entretanto, somente em 1808, quando S. Alteza Real, futuro Rei do País, veio fixar a sede da Monarquia lusitana no Rio de Janeiro, foi que se deu início realmente a essa prática tão importante para o Século XIX. D. João VI, esse homem extraordinário que abriu os portos do Brasil à navegação mundial, que fundou a primeira Escola de Medicina, a primeira Escola de Belas-Artes, saneou a Baixada Fluminense, fundou a Imprensa Nacional, fundou o Banco do Brasil e trouxe na sua equipe homens do extraordinário valor de D. Rodrigo de Souza Coutinho, do Conde de Linhares e do Conde da Barca, introduziu em nosso País cientistas e técnicos do mais alto valor e quando já em Lisboa, em 1795, determinou o impulsioneamento da fabricação do ferro em nossa Pátria. Em 1808 começou realmente a siderurgia brasileira, depois das tentativas de alto-forno realizadas pelo Intendente Câmara no Morro do Pilar em Minas e, após as experiências fracassadas de Hedberg, na fábrica de ferro de São João de Ipanema, próximo a Sorocaba. Finalmente, em 1818, traz D. João VI para o nosso País uma das figuras mais notáveis da nossa história econômica e progenitor do nosso maior historiador, o Visconde de Porto Seguro: era Luiz Frederico Guilherme Varnhagen. Este homem iniciou as obras dos altos-fornos, que primeiro produziram o ferro no Brasil. Fato curioso e impressionante, contado por seu próprio filho na *História Geral do Brasil*, o primeiro ferro produzido foi amoldado em três cruzeiros. E foi tal a comoção de Varnhagen que não pôde conter as lágrimas. Então o povo de Sorocaba, em procissão, saiu pelas ruas com uma daquelas cruzeiras, a significar, talvez para os nossos dias, que a produção de ferro e do aço no Brasil não visa a fins bélicos, porém, a fins econômicos de paz e prosperidade humana.

Até a guerra do Paraguai, a indústria ferriífera no Brasil pouco progrediu. Em 1865 é que se reabriu a fábrica de ferro de Ipanema, a qual se fechara anos antes. Em Minas Gerais, em 1817, um francês, João Monlevade, tinha feito o primeiro forno junto ao Rio Piracicaba, o que foi visto mais tarde

como sinal evidente da existência de minério de ferro naquela região pela futura Companhia Belgo-Mineira.

Srs. Deputados, o Século XIX foi o século da civilização do ferro. O ciclo do ouro terminara. As nações que não tivessem ferro não poderiam progredir. Nós lutávamos com uma grande dificuldade: não tínhamos combustível. Até hoje, a nossa hulha é pobre, de um teor baixo e demasiados resíduos. As tentativas iniciais da indústria siderúrgica baseavam-se no carvão vegetal. Vem daí o grande equívoco que muitos brasileiros aceitam como verdade e que tive o desprazer de ouvir um orador nesta tribuna repetir: a superioridade da raça que colonizou os Estados Unidos e a inferioridade da nossa. O progresso dos Estados Unidos proveio de estar o ferro perto da hulha.

Em 1822, ano de nossa independência, os americanos extraíam as primeiras 50 mil toneladas de carvão no Estado de Virgínia e hoje produzem a metade de todo o carvão existente no mundo. Esta a razão do seu grande progresso.

Ora, D. João VI e seus brilhantes assessores – e naquele tempo os assessores dos Reis e dos Chefes de Estado eram homens da estatura de um Conde de Linhares e de um Conde da Barca, homens cuja mentalidade se formou no período do Marquês de Pombal, voltada para o estudo das ciências naturais e do aproveitamento das riquezas do solo – viram a realidade e o destino do século que se iniciava.

Esta a ligeira história que precede o surto siderúrgico em nosso País, que começa, com vigor, neste século, a partir de 1919.

A Comissão de que fiz parte e que era constituída pelos Deputados Abel Rafael, Celso Amaral, Sussumo Hirata, Vasco Filho, Geraldo Freire, Padre Vidigal e o orador que vos fala, percorreu o quadrilátero ferrífero mineiro, principiando por Monlevade. Ali, depois de visitar todas as instalações, os altos-fornos, de examinar os processos de fundição do ferro pelo carvão vegetal que ali é empregado, entregou-se a longo debate com diretores e técnicos da Companhia. Uma das preocupações dos nossos colegas era o desbastamento das florestas naquela região. Articulou a objeção o Deputado Abel Rafael, e foi-nos explicado que, à proporção em que são derrubadas as árvores para a fabricação de ferro, novas árvores são plantadas, havendo já milhões de pés de eucaliptos para substituir a riqueza vegetal subtraída para a fabricação de ferro.

Vimos as organizações assistenciais da Companhia. Obra notável. O operário e seus filhos são verdadeiramente amparados com escolas, assistência médica e todo o conforto necessário para maior eficiência do seu trabalho, para isso não concorrendo os poderes públicos.

De Monlevade fomos à Usiminas. A Usiminas é uma das obras mais notáveis do nosso País. É a mais moderna, rivalizando e ultrapassando as fábricas americanas. Ali se organizou a Companhia pelo estímulo do Governo

Federal, do Governo Estadual e pela colaboração preciosa dos japoneses; 50% é capital do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e do Estado de Minas Gerais (25% cada um); 40% dos japoneses, e o restante, de tomadores particulares de ações. É verdadeiramente grandiosa a obra da Usiminas. A produção de aço e ferro dos lingotes, das lâminas, das chapas, arranca-nos da situação de país semicolonial de mero exportador de minério, para jogar-nos numa etapa mais avançada do progresso industrial. Dali fomos à Acesita. A Acesita preocupou-nos imensamente.

O Sr. Padre Vidigal – Quando V. Ex.^a deixa a Usiminas para entrar na Acesita, cumpro o gostoso dever de render homenagem ao mérito, dando a seu dono aquilo que é seu. Refiro-me ao seguinte, nobre Deputado Plínio Salgado: é que a Usiminas teve, durante o Governo do Gabinete presidido pelo nosso prezado colega Tancredo Neves, o maior dos auxílios do Governo Federal, a mais preciosa de todas as colaborações, justamente no momento em que a grande empresa precisava dessa cooperação oportuna, que se fez graças ao grande interesse que sempre teve pelos problemas nacionais, principalmente aqueles relacionados com Minas Gerais, o prezado colega cujo nome agora mesmo acabei de declinar e que mais uma vez declino para render-lhe as minhas homenagens – o Deputado Tancredo Neves.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Agradeço o aparte do Deputado Padre Vidigal, que me antecipou, porquanto ia referir-me, no cômputo geral dos empreendimentos e progressos realizados naquela zona, ao nome do ilustre colega nosso, Tancredo Neves, nome que ouvi pronunciado muitas vezes naquela região e que, portanto, tinha que fazer parte do resumo final do que estou expondo.

O Sr. Sussumo Hirata – Desejava aproveitar o aparte do Padre Vidigal para continuar as considerações de S. Ex.^a. Nesta parte V. Ex.^a vem produzindo um grande discurso, cuja finalidade é esclarecer esta Casa sobre o problema dos minérios de ferro e o da indústria siderúrgica em nosso País. Como um dos Deputados que fez parte da caravana que visitou o quadrilátero ferrífero de Minas Gerais, uma das zonas mais ricas em minérios no mundo, e cuja qualidade é de primeira ordem, não poderia deixar de dar o meu testemunho, esta tarde, sobre a importância do problema do ferro aqui na nossa Pátria. Ficamos, em certos setores, bastante animados pela nossa riqueza e pela grandeza das nossas indústrias siderúrgicas; entretanto, em outros setores, como na Acesita, mostramo-nos desanimados pela falta de compreensão e falta de assistência e colaboração das nossas autoridades. Ficamos, na realidade, bastante desanimados pelo estado em que se encontra a siderúrgica da Acesita, uma das indústrias pioneiras em nosso País. Desejava, nesta tarde, formular

um veemente apelo às nossas autoridades para que examinem com maior patriotismo, com maior seriedade, este magno problema da indústria siderúrgica em nosso País. Sabemos que na Usiminas, em que o Japão participa de 40% do capital, o Estado de Minas, pelas suas entidades autárquicas, é proprietário de 25% das ações. Entretanto, segundo estou informado, o Governo mineiro ainda não integralizou a importância que deve à Usiminas. Isto é um crime, por se tratar de uma indústria que floresce em seu próprio Estado, no Estado de Minas Gerais. A mesma falta de assistência encontra-se também em relação à Acesita. Fiquei entusiasmado ao visitar aquela riqueza que mostra a Companhia Vale do Rio Doce. Parece que redescobri o Brasil. Não conhecia *in loco*, de perto, as nossas riquezas. Acho que o Brasil tem um grande futuro. Poderá, em pouco tempo, alcançar o cume da civilização moderna pelas riquezas que temos, principalmente as riquezas naturais. E isto demonstra a visita que fizemos à região ferrífera de Minas Gerais. Espero que o seu discurso seja ouvido com bastante atenção, para que possamos aquilatar o verdadeiro valor, a grande riqueza que temos para a reconstrução de nossa Pátria. (*Muito bem. Palmas.*)

O SR. PLÍNIO SALGADO – Agradeço o aparte do nobre Deputado Sussumo Hirata, que também antecipou um pouco o assunto relacionado com a Acesita.

Sobre a Acesita tomamos nota de dados importantíssimos, que nos tornam apreensivos, quanto ao futuro dessa empresa. É o seguinte: ela se encontra ainda em regime deficitário; o principal acionista é o Banco do Brasil, com 94% das ações. Mas o Banco do Brasil tem mentalidade de Banco; não tem a envergadura, a largueza panorâmica daqueles arrojados homens de empresas, que se abalançam às grandes realizações futuras. Interessa-lhe o lucro imediato. A Acesita, por conseguinte, encontra-se em déficit. Agora, lá nos informaram o seguinte, que tomamos nota pelas mãos do Padre Vidigal. Primeiro: com uma importância de 2 bilhões de cruzeiros e o aval de 5 milhões de dólares, para pagamento a longo prazo, a Acesita eleva sua capacidade de produção de 80 mil toneladas de lingotes para 360 mil toneladas de aços especiais, aços comuns, chapas para motores elétricos e chapas de aço carbono. Segundo: com uma importância de 5 bilhões em moeda nacional e o aval de 28 milhões de dólares, a Acesita eleva sua produção para 360 toneladas de aços especiais, fundidos e forjados especiais, chapas para transformadores de qualquer tipo e tamanho, chapas para motores, perfis e chapas de aço inoxidável.

No primeiro caso, o faturamento passará de 1 bilhão e 500 milhões de cruzeiros mensais para 5 bilhões de cruzeiros; no segundo, o faturamento deverá ser de 20 bilhões de cruzeiros mensais, de aços especiais de todos os tipos, abastecendo o mercado nacional e podendo ainda exportar com grandes lucros. No caso primeiro a Acesita eliminará o déficit; no caso segundo trará

enormes lucros para a economia nacional. Entretanto, ela está por assim dizer paralisada, num estágio de progresso do qual não sai.

Ora, Srs. Deputados, justamente para fatos como este foi que chamei a atenção da Assembléia Legislativa no Estado de Minas Gerais. No Brasil, os nossos homens de Estado raciocinam ainda com a mentalidade de 1900; não se aperceberam de que estão em 1964. Desconhecem inteiramente as correlações fenomênicas que se apresentam na consideração de um problema econômico ou social. Desvinculam o problema econômico do financeiro, como, também, desvinculam de um e de outro o problema social. Não existe solução isolada para nenhum problema. Ou resolvemos todos, no seu conjunto, na apreciação de suas correlações e interconexões, ou não resolveremos nenhum.

Então, o que acontece? Vivemos de expedientes. A política dos Ministros da Fazenda, do Diretor da SUMOC, do Banco do Brasil, dos responsáveis pelas finanças brasileiras, é uma política de cafiaspirina para os males da Nação. Cada vez se agrava a situação econômica do País. Ora, sem economia sã, como poderemos ter finanças saudáveis? Vivemos aperreados por impostos que se aumentam diariamente. Vivemos aperreados por emissões para fins improdutivos – pois não considero inflação a emissão para fim produtivo –, vivemos de favores de nações estrangeiras...

O Sr. Milton Reis – Louvo a oportuna oração que V. Ex.^a profere. No tópico em que se refere à política econômico-financeira do Governo, estou de pleno acordo com V. Ex.^a. Somos também dos que pensam que a política monetarista não é a que consulta os interesses de países subdesenvolvidos. Não é possível que à custa do desenvolvimento se pretenda corrigir, apenas por instrumentos financeiros, a inflação.

O SR. PLÍNIO SALGADO – E não o conseguirão.

O Sr. Milton Reis – Perfeitamente. O de que se necessita é, na parte econômica, uma frutificação maior, a fim de que não baixe a renda nacional bruta. Aplicando apenas uma política monetarista, portanto financeira, ela vai estagnar, como está fazendo, o desenvolvimento do País, sem corrigir a inflação que não é apenas devida aos motivos informados por outra política financeira que o Governo executa. Daí estar eu com V. Ex.^a. Os economistas de outra escola, todos asseveram ser a política estruturalista a que pode atender aos interesses do País, porquanto vai exatamente às origens a fim de, corrigindo-as, poder atingir o processo que estanque a inflação. Estou de acordo com a posição de V. Ex.^a e o felicito pelo patriótico e oportuno discurso.

O SR. PRESIDENTE (Ranieri Mazzilli) – Nobre orador, pediria a V. Ex.^a que concluísse sua oração.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Iniciei minhas considerações um pouco tarde, Sr. Presidente....

O SR. PRESIDENTE (*Ranieri Mazzilli*) – V. Ex.^a por isso já está contando com a justa tolerância da Mesa.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Agradeço o aparte do nobre Deputado Milton Reis, o qual, provindo de um parlamentar jovem, me traz fundada esperança nos destinos desta Nação, que será entregue a uma futura geração com mentalidade mais arejada e visão mais panorâmica dos problemas nacionais.

Não posso terminar a minha oração sem falar da última etapa da nossa viagem que foi à Vale do Rio Doce. Divergem muitos no sentido de afirmarem uns que deveremos realizar uma grande indústria do ferro e aço porque a exportação da matéria-prima é característica dos países coloniais ou semicoloniais, e outros quando propugnam por essa exportação. Penso que ainda aí existe unilateralidade. Estamos num momento de transição e, por conseguinte, precisamos das duas coisas. A Suécia exporta minério e fabrica ferro e aço. O Brasil, neste momento de transição, precisa da Companhia Vale do Rio Doce para exportar minério e embasar, dessa forma, economicamente, o esforço siderúrgico na produção de aço fino.

Vi o problema em quatro dias de excursão constante e de debates com os técnicos e entendi de convidar meus companheiros de excursão, os sete Deputados que éramos, para que essa nossa viagem não fosse apenas de estudo, de observação, mas fosse uma viagem revolucionária, desfraldando nós uma bandeira, a de formar uma nova mentalidade em nosso País, que encare a problemática nacional no seu conjunto, nas suas correlações, e crie uma economia sadia para podermos resolver o problema monetário, sem o que continuaremos com os curandeiros a nos darem tisanas e mezinhas que não resolvem o problema da Nação.

Esta a conclusão da nossa viagem, conclusão que é um desfraldar de bandeira, e desfraldar de bandeira que é um convite a todos os parlamentares do Brasil para nos levantarmos num grande movimento contra a rotina, contra o anacronismo, contra a velhice da mentalidade predominante em nosso Governo...

O Sr. Milton Reis – Muito bem!

O SR. PLÍNIO SALGADO – ... e criarmos uma juventude de espírito capaz de realizar a grande nação! (*Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.*)